



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 06 – Pensamento Político na América Latina

O Nordeste e a Amazônia na revolução burguesa brasileira: a questão regional na obra
de Octavio Ianni

Flávio da Silva Mendes¹

INTRODUÇÃO

Os dilemas da modernização brasileira ocupam lugar central na obra de Octavio Ianni. Suas reflexões sobre o tema se organizam, com frequência, em torno da análise do processo de expansão da acumulação capitalista no país, com destaque para como nele se articulam e complementam as dimensões econômica, política, social e ideológica, sobre as quais pesam a ação do Estado. Todos esses elementos se sobressaem na forma como Ianni aborda a questão regional ou, em suas palavras, a “dialética nação-região”.

Esse não é um problema secundário. Em fala realizada em 2001, durante o Seminário “O negro e o socialismo”, Ianni colocou a questão regional ao lado da questão racial entre os

¹ Doutor em Sociologia (Unicamp), docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: flaviomendes@ufgd.edu.br.

“problemas que afetam as condições de integração entre sociedade civil e Estado” (Ianni, 2005, p. 7). A frase revela a importância e o sentido que o sociólogo conferia às desigualdades regionais no debate sobre a nação. Não solucionadas, elas alimentam a oposição entre Estado e sociedade ou, em outras palavras, o autoritarismo, traço marcante do capitalismo brasileiro.

O interesse por esse tema não era algo novo no pensamento social brasileiro. Porém a interpretação de Ianni, que ganhou corpo a partir dos anos 1960, somou-se a obras de outros autores que se opuseram à tese do dualismo estrutural, hegemônica até então. Sob essa perspectiva, o Brasil era composto por regiões que se comportavam como subsistemas isolados, alguns mais arcaicos, outros mais modernos. Esse diagnóstico aponta a integração como o caminho para superar as desigualdades: através dela, os polos mais atrasados seriam modernizados, reduzindo as disparidades. Ao refutar essa tese, Ianni destacou a intencionalidade dos atores sociais, o que serviu para extrapolar o debate econômico e colocar em evidência as dimensões política e social do processo. Assim, as questões regional e racial:

São problemas que a peculiar “revolução burguesa” desenvolvida no Brasil não resolveu nem encaminhou satisfatoriamente para a grande parte da população; problemas que não interessam às classes dominantes nem resolver, nem encaminhar, sempre encobrindo-os ideologicamente ou reprimindo-os com as mais diversas e sofisticadas técnicas de violência (Ianni, 2005, p. 7).

A dimensão ideológica aparece, então, como outro elemento central da questão regional. Em textos dedicados ao Nordeste e à Amazônia, o sociólogo argumenta que a acumulação de capital nessas regiões – fundada em formas renovadas e intensificadas de exploração do trabalho e da natureza – está articulada à criação e recriação de desigualdades por meio de discursos sobre as disparidades regionais. Há, de um lado, a descrição do Nordeste como uma região problema, castigada por condições naturais adversas e abrigo de uma população pobre e potencialmente perigosa, que deve ser alvo recorrente de políticas emergenciais; de outro lado, difunde-se a imagem da Amazônia como vazio demográfico e econômico, área de natureza virgem que deve ser integrada em benefício da soberania nacional.

Esses discursos se produzem e reproduzem ao longo do processo de expansão da acumulação capitalista no Brasil. Eles reforçam a ideia de que há uma separação entre a parcela do país mais moderna e industrializada, localizada no Centro-Sul, e as áreas “atrasadas” do Nordeste ou “vazias” da Amazônia. As promessas reiteradas de superar essa divisão servem para, além do interesse econômico, desmobilizar conflitos sociais, intensificados em tempos de

crise. Quando essa solução ideológica falha, como ocorreu no início da década de 1960, a alternativa é a violenta repressão comandada pelo Estado.

Ao destacar a intencionalidade das classes dominantes, o caráter ideológico dos discursos sobre as disparidades regionais e o recurso último à violência institucionalizada como elementos centrais da “dialética nação-região”, Ianni incorpora ao debate a dimensão da luta de classes, não contemplada pela tese do dualismo estrutural. Mas há, ainda, outro elemento que se soma a sua crítica, necessário para se responder a uma questão fundamental: o que justifica o desinteresse das classes dominantes pela busca de uma solução definitiva para as disparidades regionais?

Na resposta a essa pergunta se encontra outra novidade da crítica ao dualismo estrutural incorporada por Ianni. Se as diferenças entre as regiões persistem é porque de alguma forma elas são úteis. Ou, traduzindo em termos mais sociológicos, elas desempenham uma *função* no interior de um *sistema*. Sob essa perspectiva, as intervenções do Estado no Nordeste e na Amazônia não são ineficazes; ao contrário, elas produzem e reproduzem desigualdades de acordo com as necessidades da expansão do capitalismo no Brasil, renovadas em suas diferentes fases. Chega-se à conclusão, portanto, de que o “atrasado” e o “moderno” já estão integrados de forma orgânica no interior da revolução burguesa brasileira. Cabe à sociologia, então, explicar o funcionamento dessa totalidade.

Neste trabalho, discuto as teses centrais de Ianni a respeito da questão regional. Ao longo dessa reflexão, abordarei especialmente de que forma as noções de função e sistema se articulam em meio às análises do sociólogo sobre o tema. Nesse percurso, abordarei tanto trabalhos que discutem o Nordeste e a Amazônia quanto textos dedicados à teoria social. Através dos primeiros, será possível detalhar o modo como Ianni enxerga o problema regional. Já através dos segundos, poderemos refletir sobre o lugar que a explicação baseada na “causação funcional”² ocupa em sua sociologia.

Disperso na maioria das obras de Ianni, o tema das disparidades regionais recebe atenção especial em alguns momentos. Destacam-se o artigo “A origem política da Sudene”, de 1971,

² Para Ianni (1989, p. 10), “as várias tendências, escolas teorias e interpretações” que compõem a sociologia podem ser reduzidas, “em essência, a três polarizações fundamentais. Uma e outras têm como base, em última instância, um dos três princípios explicativos: causação funcional, conexão de sentido e contradição”. Elas se vinculam, respectivamente, às contribuições clássicas de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

o livro *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*, publicado em 1979, e os capítulos “A reconquista do Nordeste” e “A geopolítica da Amazônia”, que compõem o clássico *A ditadura do grande capital*, de 1981.

Antes de abordar cada um desses textos, vale a pena destacar um fio condutor que os atravessa e dá um sentido mais amplo ao debate sobre a questão regional. Conforme notou Elaine Behring, Ianni dá atenção especial em sua sociologia à atuação do Estado. Ele é um ator recorrente, sempre em papel de destaque, em vários trabalhos que abordam o processo de modernização da sociedade brasileira. O sociólogo se afasta, no entanto, de abordagens que descrevem o Estado como um ente autônomo, composto por uma elite burocrática que pairaria acima dos conflitos sociais; ao contrário, a ação estatal é descrita a partir das relações de classe que a atravessam. Trata-se, em resumo, de um “Estado demiurgo” (cf. Ianni, 1988), produtor e produto da sociedade brasileira. Nesse sentido, veremos nos textos sobre a questão regional a descrição do Estado como um ator fundamental que concebe e realiza formas de intervenção regional planejadas e submetidas às necessidades do capital. Esse é um padrão que se torna mais evidente a partir de 1930 e que se reconfigura no pós-1964, sem perder, no entanto, sua essência.

O Nordeste e a Amazônia como problemas regionais

O artigo “A origem política da Sudene”, de 1971, inicia-se com a exposição de um argumento do economista Ignácio Rangel, para quem o território nacional se organizou, desde o período colonial, a partir de economias regionais “estruturadas em torno de um porto-empório, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões” (Rangel apud Ianni, 1971, p. 647). Na sequência, Ianni afirma que certos níveis de disparidades regionais podem ser úteis à acumulação de capitais, na medida em que favorecem a circulação de fatores de produção. Quando essas disparidades atingem patamares mais elevados, no entanto, podem se converter num obstáculo:

Mas também é obvio que as desigualdades regionais podem desenvolver-se além dos limites convenientes ao conjunto do *sistema*. Ou seja, quando elas se agravam, podem criar dificuldades econômicas, sociais e políticas ao *funcionamento* ou expansão do *sistema econômico nacional* (Ianni, 1971, p. 648, grifos nossos).

As noções de sistema e funcionamento aparecem aqui, logo no início do artigo, para anunciar uma perspectiva em que a questão regional não pode ser compreendida sem se referir

a uma totalidade, na qual cada parcela do território nacional está inserida. Nesse sentido, do ponto de vista econômico, é necessário que as disparidades de renda não impeçam, por exemplo, que uma região venha a “desempenhar as funções de um mercado potencial realizável a curto ou médio prazo”. Caso isso ocorra, “a referida região pode tornar-se politicamente ‘explosiva’ e até mesmo ameaçar a ‘unidade nacional’”. Essa disfuncionalidade aparecia como um perigo em discursos do presidente Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1950: “Chegamos à conclusão de que nosso próprio crescimento será perigoso para o equilíbrio da Nação, se persistir a terrível coexistência de zonas cada vez mais prósperas com outras estagnadas, sob o trágico domínio do subdesenvolvimento” (apud Ianni, 1971, p. 648).

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no final dos anos 1950, não foi a primeira tentativa do Estado brasileiro de lidar com as disparidades regionais,³ mas sem dúvida significou uma inovação na forma dessa intervenção: de acordo com o programa idealizado pelo economista Celso Furtado, a industrialização do Nordeste era necessária para fixar capital e renda na região, promovendo sua integração funcional ao eixo dinâmico da economia nacional, localizado no Centro-Sul. Embora reconheça a motivação econômica por trás da criação da Sudene, Ianni acrescenta que essa iniciativa não pode ser compreendida sem considerarmos o contexto social e político:

A nosso ver, a Sudene surgiu num momento em que se revelaram de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos políticos da sociedade do Nordeste. Ou melhor, a Sudene foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. [...] Aliás, a Sudene não foi senão uma das soluções dadas ao agravamento das contradições políticas no Nordeste (Ianni, 1971, p. 650).

A presença da Sudene no Nordeste parecia ameaçar algumas das estruturas sociais que fundamentavam a dominação política local, como o latifúndio. Porém, para Ianni, a presença incômoda do órgão era um preço que as lideranças políticas tradicionais da região tinham que pagar para conter a ameaça política representada, por exemplo, pela proletarianização e politização da massa camponesa. A Superintendência surgiu, portanto, com um corpo burocrático próprio, não vinculado a outras instituições que a precederam nem atrelada a lideranças políticas locais.⁴

³ Ianni cita diversas iniciativas anteriores. A primeira foi a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1909.

⁴ Porém esse distanciamento não pode ser exagerado. A Sudene se encontrava, como afirmou Francisco de Oliveira, “no olho do furacão”. Logo, o debate político não ficava do lado de fora da instituição: funcionários dialogavam com lideranças políticas, como Francisco Julião ou Miguel Arraes, além de partidos políticos, como o PCB, o que gerava alguns conflitos internos (cf. Mendes, 2017).

Seu objetivo principal era promover uma integração capaz de gerar um funcionamento mais saudável da economia brasileira em sua totalidade. Afinal, “a continuidade do desenvolvimento capitalista no país e naquela região exigia a reestruturação do poder, particularmente quanto às decisões e técnicas relativas ao funcionamento e expansão da economia” (Ianni, 1971, p. 653).

Para Ianni, “estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês”. Houve, então, a emergência de um novo discurso sobre os problemas da região. “Em contraposição à ideologia conservadora e agrarista, por meio da qual se legitimava a dominação oligárquica, surgiu uma ideologia reformista e industrialista, por meio da qual passou a legitimar-se a dominação propriamente burguesa” (1971, pp. 653-654). A partir de então, a valorização da cultura local – exemplificada, no texto, pelo *Manifesto Regionalista*, redigido por Gilberto Freyre, na década de 1920 – cedeu espaço a preocupações mais burguesas, como a modernização administrativa e a mercantilização do setor artesanal da economia, sintetizadas no programa da *Operação Nordeste*, escrito por Celso Furtado no final dos anos 1950 e também citado por Ianni.

O artigo se encerra com a repetição de suas hipóteses principais. Para Ianni, a Sudene surgiu, em primeiro lugar, sob o impulso de um novo discurso econômico, fundamentado no desenvolvimentismo, que passou a interpretar os problemas regionais a partir de uma perspectiva menos culturalista e mais burguesa, alinhada às necessidades de reprodução do capital. Houve, ainda, a influência decisiva do acirramento de conflitos sociais e políticos, que acenderam um alerta nos governantes da região e do país sobre uma ameaça potencial à unidade nacional. Tornou-se urgente, então, uma nova forma de intervenção estatal sobre o Nordeste.

Em “A origem política da Sudene” aparecem argumentos retomados dez anos depois, no capítulo “A reconquista do Nordeste”, que compõe o livro *A ditadura do grande capital*. Há semelhanças, sobretudo, no modo como Ianni apresenta a convergência entre os interesses do capital e a produção e reprodução de discursos sobre a região. Mas há, também, ao menos uma diferença fundamental entre os textos. Vimos que, no artigo de 1971, as desigualdades regionais ainda são descritas como um elemento potencialmente disfuncional no interior do sistema, compreendido em suas dimensões econômica, política e social. A partir de um certo ponto, que teria sido ultrapassado com a aceleração da industrialização no Centro-Sul e a manutenção do atraso no Nordeste, a dualidade estrutural se tornaria insustentável, pois geraria desequilíbrios e instabilidade. Diante desse quadro, até mesmo a oligarquia local ou as burguesias comercial

e industrial – regionais, nacionais ou internacionais – passariam a patrocinar programas destinados a reduzir as desigualdades ou, pelo menos, a aceitar certas reformas como um remédio amargo, mas necessário.

Dez anos depois, em *A ditadura do grande capital*, essa tese foi reformulada. Nesse livro se constata que as reformas prometidas, como a agrária, não ocorreram. Nota-se, também, que as desigualdades regionais se tornaram ainda maiores como resultado da forma de integração econômica do Nordeste promovida pelo governo militar, apoiada no incentivo fiscal para que empresas do Centro-Sul e estrangeiras se instalassem na região. Ou seja: a manutenção das disparidades não parecia prejudicar a acumulação de capital. Essa era garantida pela violência do regime, destinada a conter qualquer risco de rebelião popular. Diante desse quadro, a hipótese do caráter disfuncional das desigualdades regionais precisou ser revista. Era necessário, então, apresentar uma nova interpretação, capaz de identificar as funções que os desequilíbrios desempenham no interior do sistema e, ao mesmo tempo, como a violência institucionalizada se tornara indispensável para a reprodução do capitalismo.

Em “A reconquista do Nordeste”, o golpe de 1964 é apresentado mais uma vez como um momento-chave. Para Ianni, se o período anterior à ruptura institucional apresentara um aumento da participação popular e, conseqüentemente, da pressão por reformas, o início da ditadura viria reforçar e garantir as condições prévias de exploração. Esse diagnóstico, que não era inédito, ganha peso graças ao emprego da noção de “capitalismo monopolista”, que dá o tom de todo o livro de 1981. Ela é útil para distinguir uma fase nova da acumulação de capital que passa a pautar a reorganização das ações do Estado brasileiro no Nordeste.⁵ Ao longo dessa nova fase, o planejamento e as intervenções estatais não representariam apenas um sopro de racionalidade, como Ianni apontara no artigo de 1971, mas teriam o objetivo de atender aos interesses das burguesias externas (estrangeiras ou do Centro-Sul). Surge, daí, uma nova interpretação sobre o papel desempenhado pela Sudene: ao executar um plano de industrialização por meio de mecanismos de isenção fiscal favoráveis a grandes capitais, a

⁵ Ianni incorpora, nesse ponto, argumentos que Florestan Fernandes apresentou em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1972. Em capítulo dedicado a descrever as “formas de dominação externa” a que os países da região se submeteram ao longo da história, Fernandes considera que a emergência de grandes empresas capitalistas nos EUA, Europa e Japão, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, redefine tanto as relações entre centro e periferia do sistema quanto a postura dos Estados das nações dependentes, que passam a se alinhar aos interesses das burguesias estrangeiras (cf. Fernandes, 1981).

Superintendência não alcançaria jamais o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. De fato, com o avanço desse plano a partir de 1964, o que ocorreu foi a reposição dessas disparidades, porém num sistema mais integrado, no qual elas se tornaram ainda mais úteis à acumulação, controlada pelas burguesias do Centro-Sul e de outros países.

Há pelo menos duas inovações importantes nessa tese. Em primeiro lugar, percebe-se nela uma “dialética nação-região” mais complexa, enriquecida por um olhar atento à dimensão internacional. Trata-se, então, de uma noção de totalidade ou de sistema ainda mais ampla, que leva em consideração as tendências globais da acumulação capitalista surgidas na segunda metade do século XX e suas implicações políticas e sociais, sobretudo sobre as nações periféricas ou dependentes. Elas se convertem em variáveis indispensáveis à análise da questão regional. Soma-se a essa perspectiva outra inovação, expressa na superação definitiva da tese do dualismo estrutural. As disparidades regionais não são mais descritas como algo potencialmente disfuncional para a economia brasileira, mas como características que permitem uma forma particular de acumulação de capital, para a qual se orienta todo o sistema.⁶ Se tais desigualdades geram conflitos sociais e políticos potencialmente explosivos, as classes dominantes podem recorrer à violência estatal para conter essa ameaça. No interior desse arranjo econômico e político, os polos atrasado e moderno não se opõem, mas se complementam, como exemplificam algumas das sínteses listadas no trecho a seguir:

As condições de organização social da produção; a simbiose minifúndio-latifúndio; as articulações camponato-empresa agroindustrial; a superexploração do trabalhador rural; as articulações do capital instalado no Nordeste com o capital localizado no Centro-Sul e no exterior; as associações entre as burguesias regional, nacional e estrangeira, as atuações do aparelho estatal, por meio de suas políticas econômicas e sociais, sempre em favor do capital monopolista – tudo isso, em conjunto, cria e recria o Nordeste como “Nordeste”, como “região problema”, sujeita às mais insólitas e contraditórias definições da ideologia das classes dominantes: região castigada pela natureza; perigosa; ou exótica? Por sob essas fantasias – reais e brutais, com muita frequência –, persiste a superexploração das classes subalternas nordestinas, no campo e na cidade. Os muitos, inúmeros, severinos e severinas, seja como membros do exército industrial de trabalhadores da ativa, seja como do exército de reserva, todos se acham submetidos ao capital, à acumulação capitalista, no próprio Nordeste, no Centro-Sul e no exterior (Ianni, 2019, p. 199).

Essa forma de integração reproduz e acirra conflitos sociais e políticos também considerados disfuncionais. A solução para eles, sobretudo a partir de 1964, foi a violência, o

⁶ Assim como a discussão sobre o capital monopolista incorpora contribuições de Florestan Fernandes, vê-se aqui a assimilação de críticas ao dualismo estrutural consolidadas ao longo dos anos 1970. Destaca-se, entre elas, a elaborada por Francisco de Oliveira em *Crítica à razão dualista*, de 1972 (Oliveira, 2003).

que coloca a ditadura a serviço do grande capital, como anuncia o título do livro. Conclui-se que a ação estatal pautada na racionalidade burguesa, que chega ao Nordeste através da Sudene, concentrou-se, sobretudo, na superação de disfuncionalidades econômicas, vinculadas não às desigualdades regionais em si, mas à falta de uma ligação mais orgânica entre os polos atrasado e moderno. Já os conflitos sociais e políticos, também considerados elementos perturbadores do sistema, foram combatidos com o emprego de violência contra trabalhadores, no campo e na cidade, e lideranças intelectuais e políticas de movimentos populares.

Publicado em 1981, em meio à intensificação das lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, *A ditadura do grande capital* olha para o passado e o presente, mas também para o futuro, identificando caminhos para a superação do regime militar. Nesse sentido, no capítulo sobre o Nordeste, a esperança pelo fim da ditadura aparece colada à constatação de que os problemas regionais não resolvidos empurrariam, mais uma vez, os trabalhadores nordestinos para a ação política. Contida à força a partir de 1964, a organização das classes subalternas voltava ao horizonte. Com a anistia e o retorno de lideranças históricas da esquerda, poderiam se abrir novamente as vias para a pressão por reformas estruturais. Esse diagnóstico não resultava, porém, em otimismo ingênuo do autor: Ianni considerava que toda iniciativa popular era vulnerável à reprodução de práticas e discursos sobre o Nordeste que buscam remeter seus problemas sociais à dimensão da natureza. Além dessa ferramenta ideológica, as classes dominantes ainda poderiam contar, no limite, com a violência institucionalizada para conter o avanço da luta de classes, como fizeram em 1964.

A Amazônia é outra região que Ianni elegeu como objeto recorrente de suas análises sobre o processo de modernização da sociedade brasileira. Nos textos dedicados a ela, há argumentos semelhantes aos que encontramos em trabalhos sobre o Nordeste. Afinal, a tese central é a mesma. O problema regional só pode ser compreendido no interior de uma totalidade, compartilhada nos dois casos: o sistema de acumulação capitalista. Sobretudo a partir da segunda metade do século XX, são as dinâmicas de expansão desse sistema que orientam a ação estatal no Nordeste e na Amazônia, produzindo e reproduzindo desigualdades e conflitos sociais.

Essa atenção ao todo não prejudica, porém, o reconhecimento de particularidades. No caso da Amazônia, as intervenções do Estado concebidas a partir de 1964 são exemplares, para Ianni, na medida em que consistem em tentativas mais diretas e centralizadas de integração.

Isso não significa que a região era, antes, um “vazio econômico, vazio demográfico, fronteira de terras virgens” (Ianni, 1981, p. 209), como sugeria o discurso oficial. Além da presença de povos originários, ela foi destino de diferentes ondas migratórias, como a de trabalhadores do Nordeste durante o ciclo da borracha, desde o final do século XIX. Mas se o Estado brasileiro de fato se envolveu de diferentes formas e intensidades com a colonização prévia da Amazônia, foi a partir do início da ditadura militar que se estabeleceu um programa mais estruturado e efetivo nessa direção. Esses são argumentos centrais em dois textos de Ianni, publicados em 1979 e 1981. O primeiro é o livro *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. O segundo é o capítulo “A geopolítica da Amazônia”, que compõe o livro *A ditadura do grande capital*.

Em ambos o sociólogo sustenta que iniciativas estatais, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, e do Programa de Integração Nacional, em 1970, foram fundamentais para o avanço da colonização da Amazônia. Não por acaso, Ianni se dedica a analisar discursos e documentos oficiais do período da ditadura cívico-militar, o que põe em evidência a dimensão ideológica do processo. A propaganda estatal se organizava, constantemente, em torno da defesa da soberania nacional, cara aos militares no poder. Ela traduzia um esforço geopolítico no sentido de fortalecer ou estabelecer novos laços entre a Amazônia e outras regiões do país, cuja finalidade seria garantir a integralidade do território brasileiro. Em meio às preocupações militares, temperadas com justificativas políticas e culturais, surgia o interesse econômico, expresso nos moldes da ideologia desenvolvimentista: a expansão da acumulação capitalista para a região seria aliada no processo de integração, preenchendo áreas supostamente vazias, sobretudo na faixa de fronteira. Ianni conclui, portanto, que “segurança” e “desenvolvimento” são os dois pilares do programa de colonização da Amazônia. Os interesses do Estado autoritário e do capital financeiro e monopolista convergem:

Assim, o que parecem ser as razões da geopolítica militar são também as razões do desenvolvimento capitalista da empresa privada, nacional e estrangeira. Combinam-se e confundem-se os interesses do capital, da burguesia, com as razões da ditadura militar. De repente, o “milagre amazônico”, a “articulação da bacia do grande rio” ao “patrimônio econômico da nação”, o despertar da “vocação continental” do Brasil são, ao mesmo tempo, formulações da ideologia e prática da ditadura e do capital. Reabre-se a Amazônia para o desenvolvimento extensivo do capitalismo, em benefício da empresa privada nacional e estrangeira (pp. 214-215).

Desse modo, em nome da segurança e do desenvolvimento, o governo militar promovia grandes obras de infraestrutura e projetos agropecuários que abriam caminhos para um

imperialismo do centro econômico do país e de capitais internacionais sobre a região. As terras da Amazônia eram incorporadas às dinâmicas de reprodução do capital monopolista. "Simultaneamente, abriram-se estradas e caminhos, formaram-se roças e criações, criaram-se latifúndios e fazendas; formou-se ou desenvolveu-se o comércio de produtos extrativos, agropecuários e provenientes da indústria" (1979, p. 12). Para Ianni, essa parcela do território se convertia, assim, em "pasto universal do capitalismo".

Do ponto de vista funcional, a integração da Amazônia atendia, sobretudo, a duas necessidades. A primeira, econômica, consistia em colocar seus recursos naturais à disposição da acumulação do capital monopolista. Trata-se, em síntese, de um processo de acumulação primitiva incentivado pelo Estado brasileiro. O segundo objetivo dessa colonização era político: a recriação da fronteira amazônica atraiu para a região trabalhadores rurais de outras partes do país, como o Nordeste e o Sul, onde os conflitos pela terra e as pressões pela reforma agrária eram mais intensos:

As estruturas de apropriação econômica e dominação política vigentes nas partes agrárias do Nordeste e no Sul beneficiaram-se bastante, e continuam a beneficiar-se, da capacidade que a ditadura tem revelado para criar e recriar a fronteira amazônica. Nesse sentido, as burguesias e oligarquias estaduais e regionais, no Nordeste e no Sul, tiveram e continuam a ter razões econômicas e políticas para participar do bloco de poder que compõe a ditadura (p. 227).

Esse programa de "contrarreforma agrária", como Ianni o batizou no título do livro de 1979, tinha consequências sociais e políticas gravíssimas para a Amazônia. Apoiado em incentivos fiscais que favoreceram a instalação de grandes propriedades de terra na região, voltadas à pecuária ou a monoculturas, ele gera um resultado inverso do que se poderia esperar de uma reforma agrária. Não havia esforços voltados ao assentamento de novos e antigos trabalhadores, mas o incentivo a ações de grileiros. Enquanto avança, essa estratégia agudiza a luta pela terra. Afinal, em 1964 "a Amazônia não era um mapa em branco". As terras da região já estavam ocupadas por indígenas e trabalhadores de ciclos econômicos anteriores, como o da borracha, quando novos trabalhadores e empresários começaram a chegar e reivindicar aquelas terras.

Nesse caso, assim como ocorria no Nordeste, a violência – estatal e privada – se tornou indispensável para a reprodução do sistema. À força se somava a propaganda ideológica do regime, que se apropriou de elementos do discurso nacional-desenvolvimentista para justificar a colonização agressiva da Amazônia. Todos os efeitos colaterais, em que pesam a

superexploração do trabalho e da natureza, pareciam justificado em nome do progresso individual e da nação:

Pouco a pouco, devido ao intrincado e à sucessão dos acontecimentos, muitos não se lembram mais nem da geopolítica nem do capital. Os próprios governantes e latifundiários, fazendeiros e empresários, ou os seus funcionários, colocam e recolocam a problemática da Amazônia em termos de progresso, desenvolvimento, celeiro, ocupação de espaços vazios, integração nacional e outros lemas da ideologia das classes dominantes. De repente, parece que não há mais nem geopolítica nem capitalismo. A ideologia das classes dominantes, amplamente assimilada e retrabalhada pelos governantes, apaga os perfis e confunde os movimentos do capitalismo nos “espaços” da Amazônia. Fala-se em colonização, ocupação e integração, ou empresários, trabalhadores, pioneiros. Assim, apagam-se as articulações e as determinações recíprocas entre a ditadura e o capital financeiro atuando de modo livre, sob condições monopolísticas (p. 223).

CONCLUSÃO

A discussão realizada neste trabalho deu destaque a como Ianni compreendia a questão regional e, em especial, como em suas reflexões sobre esse tema ele aplicou conceitos e pressupostos de matriz funcionalista. Esse debate abre margem para refletirmos, também, sobre como o autor concebia sua relação com contribuições teóricas clássicas da sociologia. Embora esse tema exija um esforço maior, que não cabe nos limites deste texto, apresento aqui algumas considerações a respeito.

Em artigo dedicado a sintetizar os fundamentos do pensamento de Florestan Fernandes, Ianni (1996) sublinha a forma como seu mestre na Cadeira I de Sociologia da USP incorporou diversas contribuições de autores clássicos e modernos na construção de uma sociologia crítica no e do Brasil. Aportes de autores marxistas se destacam, evidentemente, como fontes dessa perspectiva: “é contínuo e crescente o diálogo com obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci, entre outros”. Há, no entanto, mais “clássicos e modernos que se encontram no horizonte intelectual de Florestan Fernandes”. Entre os vários nomes citados por Ianni nesse grupo, destaco os de Émile Durkheim, Marcel Mauss, Talcott Parsons e Robert Merton, para ficarmos entre aqueles ligados à perspectiva funcionalista. Essa disposição ao diálogo com diferentes teorias sociológicas é uma postura com a qual Ianni se identifica. Afinal, o que

importa para ele, assim como para Florestan, é buscar nelas ferramentas capazes de contribuir para uma análise crítica da sociedade.⁷

Sustento que essa disposição a incorporar diferentes perspectivas teóricas não nega a centralidade do método dialético nos trabalhos dos dois autores. Isso porque a construção de uma perspectiva crítica – expressa no esforço permanente em analisar as condições e possibilidades de mudança ou de revolução social – é o fundamento que orienta, em última instância, a incorporação de teorias e conceitos vinculados a outras tradições sociológicas. Tanto Ianni quanto Fernandes se afastam de interpretações que limitam a explicação da realidade social a dinâmicas meramente estruturais, distantes, portanto, das vontades dos atores sociais. Esses agem e interagem de modo consciente. Suas ações são dotadas de sentidos, que podem e devem ser analisados pelos sociólogos, o que os coloca, também, em diálogo com o método compreensivo. Em suma:

As noções de interação, organização, sistema e mudança, entre outras, apresentam-se como possibilidades de pesquisar e explicar a anatomia das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que articulam as desigualdades e os antagonismos sociais, econômicos, políticos e culturais (Ianni, 1996, p. 28).

Elide Rugai Bastos nos ajuda a compreender os fundamentos dessa postura intelectual de Octavio Ianni e Florestan Fernandes. Para ela, o pensamento social da Escola Paulista de Sociologia se organiza em torno de indagações sobre “as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil” (2002, p. 186), algo que está presente nas reflexões de Ianni sobre a questão regional. Embora a preocupação não seja nova, o que distingue o “caminho analítico” dessa Escola é:

[...] a recusa de uma visão dualista, comum à maioria dos intérpretes, e que aparece nestes como um *continuum* onde o processo de mudança social teria a função de superação desse retardo. Recusando essa posição, o autor [Florestan Fernandes], acompanhado pelos pesquisadores que o cercam ou que descendem dessa tradição de pensamento, toma a imagem e altera-lhe o sentido: em lugar de uma explicação linear, opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objetivo, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e o método de investigação (Bastos, 2002, p. 186).

⁷ Em texto dedicado a discutir o método funcionalista, Florestan Fernandes assinalou a complementariedade entre esse e os métodos compreensivo e dialético: “Pensamos que eles não se opõem logicamente entre si, mas traduzem, em níveis diferentes, as possibilidades da indução analítica na sociologia. [...] O que importa, no caso, é a afirmação de nossa posição perante o problema. Ela nos parece inequívoca, pois se evidencia de todas as maneiras, nos pontos essenciais da dissertação, que consideramos o método de interpretação funcionalista um dos recursos da indução analítica na sociologia. E que, além disso, encaramos a sua ‘especialização’ lógica como uma condição mesma da explicação empírico-indutiva dos fenômenos sociais na sociologia, vendo nela, portanto, a própria fonte da complementariedade dos três métodos de interpretação (Fernandes, 1972, pp.182-183).

Bastos acrescenta que essa abordagem produz a interpretação de que os opostos – o arcaico e o moderno, a riqueza e a pobreza – são “faces inseparáveis de uma mesma figura. São elementos que, a princípio, se opõem, mas que encontram unidade explicativa na totalidade do *sistema* e que acabam por operar como estratégia de reprodução do mesmo” (Bastos, 2002, p. 186, grifo nosso). Ou seja: se, por um lado, as partes desiguais podem interagir de modo a gerar perturbações para o funcionamento do sistema, por outro lado não é incomum que elas se arranjem de tal modo que acabem aprimorando as condições de permanência do todo. É nesse sentido que notamos em *A revolução burguesa no Brasil*, de Fernandes (2000), um esforço para identificar tanto aspectos funcionais quanto dinâmicos do sistema. Ou seja: as tendências à reprodução e à mudança social que coexistem, atravessadas pelas estruturas e pela ação dos atores sociais.

Essa visão mais ampla sobre o projeto intelectual e político contido nas sociologias de Fernandes e Ianni nos permite compreender melhor o lugar dos referenciais funcionalistas em seus trabalhos. A partir da explicação baseada na causação funcional, as disparidades regionais não podem ser compreendidas de forma isolada. As partes não se explicam por si: elas só fazem sentido no interior de uma *totalidade*, de um sistema. Esse todo é composto por estruturas que se relacionam, às vezes no sentido de sua reprodução, outras vezes no sentido da mudança. Para apreender a segunda dinâmica, é indispensável lançar mão do método dialética, ferramenta mais adequada para identificar contradições e conflitos no interior do sistema. Já para descrever as tendências à manutenção do *status quo*, uma explicação baseada na causação funcional se mostra útil, por revelar que um elemento isolado, supostamente disfuncional quando analisado em si, é indispensável para a saúde de um sistema. Por fim, não se pode ignorar que, tanto para Fernandes quanto para Ianni, mudança e reprodução social são tendências: elas só se realizam através de ações concretas de atores sociais, que são aqueles que fazem a história.

Creio que a atualidade do pensamento de Ianni se deve em parte a essa grande capacidade analítica, pautada na convicção de que uma sociologia crítica da realidade social, tomada em toda sua complexidade, só é possível através da aplicação de diferentes ferramentas teóricas e conceituais. Revisitar suas hipóteses e compreender seu pensamento se mostram tarefas imprescindíveis diante do processo aparentemente infinito de expansão da fronteira agrícola e renovação da acumulação primitiva no interior do capitalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: Miceli, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira - 1997-2002**. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/Anpocs-Capes, 2002.

_____. Octavio Ianni: diversidade e desigualdade. In: Botelho, A., Schwarcz, L. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BEHRING, Elaine. Octavio Ianni e a ditadura do grande capital. In: Ianni, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

IANNI, Octavio. A origem política da Sudene. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 33, n. 4, 1971.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, USP, v.2, n. 1, 1988.

_____. A Sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, 1989.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, 1996.

_____. O negro e o socialismo. In: Ianni, O. et. al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MENDES, Flávio. No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da Sudene. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (100), 283–311, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.